

ADVERSO

Nº 201 - maio / junho de 2013

**Impresso
Especial**

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS



ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00201

Instituições buscam aperfeiçoar métodos de avaliação

Em busca do status correto,
universidades implementam
autoavaliação do corpo
docente e capricham nas
pesquisas aplicadas a
estudantes, que julgam
professores e a qualidade da
formação

Páginas 6 a 11





Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - Maria Luiza Ambros von Holleben
1º Vice-Presidente - Claudio Scherer
2º Vice-Presidente - Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
1ª Secretária - Maria da Graça Saraiva Marques
2ª Secretária - Marilda da Cruz Fernandes
3º Secretário - Ricardo Francalacci Savaris
1º Tesoureiro - Daltro José Nunes
2º Tesoureiro - Vanderlei Carraro
3ª Tesoureira - Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Gloria Ferreira - Fabeco/Ufrgs
Lúcio Vieira - IFRS - Campus POA
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs
Flávio Porcello - Departamento de Comunicação/Ufrgs
Francisco Marshall - Departamento de História/Ufrgs

Editor: Adriana Lampert
Assessoria: Ana Esteves, Evelyn Henze, Marco Aurélio Weissheimer
Assessoria de Imprensa: Evelyn Henze
Assessoria de Relações Públicas: Evelyn Henze
Fale conosco: (51) 3228.1188

Revista ADVERSO - 1º semestre 2014



(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

EDUCAÇÃO

Conae 2014 permanece no centro dos debates
por Ana Esteves

REPORTAGEM

Em busca da avaliação perfeita
por Patrícia Comunello

06

12

VIDA NO CAMPUS

Protolab da Ufrgs foca em diagnóstico
e pesquisa de protozoários
por Ana Esteves

EM FOCO

Sedentarismo mobiliza discussões
em sala de aula na Esef
por Araldo Neto

15

18

PING-PONG

José Carlos Frantz
"Existem múltiplas faces e conexões da
pesquisa com a sociedade"
por Marco Aurélio Weissheimer

ESPECIAL

A vida com Funpresp-exe:
dúvidas e insegurança sobre o futuro
por Patrícia Comunello

22

24

SAÚDE

População de Porto Alegre sofre com alto
índice de poluição atmosférica
por Araldo Neto

POLÊMICA

Indústria do plágio preocupa a academia
por Marco Aurélio Weissheimer

26

28

JURÍDICO

Progressão por titulação dos docentes do EBT
por Alexander Henze e Grace Esteves Bortoluzzi

ARTIGO

Fórum pela paz na Colômbia
por Félix Gonzalez e Nelson Fajardo

30

EDITORIAL

O desafio do aperfeiçoamento da democracia

A construção de um novo movimento sindical proposta pelas últimas direções da Adufrgs-Sindical, irmanada com outros sindicatos em todo o País, deu importante passo no último dia 16 de maio. Em assembleia geral extraordinária aprovamos o aprimoramento do nosso estatuto. Com 475 votos favoráveis e uma abstenção, foram ampliados os canais de participação dos sócios e modernizadas as formas de relacionamento interno.

As principais modificações referem-se às formas de representação dos professores no Conselho de Representantes. A partir desta decisão ficam respeitadas as diferentes organizações de cada Instituição às quais os docentes estão vinculados. No caso da Ufrgs, cada unidade terá direito a escolher seus representantes; no IFRS cada campus fará a sua escolha; e, no caso da Ufcs, os professores elegerão dentre seus associados àqueles que irão representá-los. Em qualquer situação, cada 50 associados ou fração permitirá a escolha de um representante. Esta maneira, além de respeitar as formas de organização das instituições, amplia a participação dos professores e incentiva a associação sindical.

Outra importante decisão foi a incorporação da votação eletrônica como instrumento de decisão nas assembleias, que passa a ser obrigatória para quatro situações e opcional para todas as demais. Será mandatória nas questões referentes a propostas de extinção da entidade, destituição da diretoria, alteração estatutária e na deflagração e encerramento de greve, que exigem quórum qualificado. E

será opcional quando o tema a ser deliberado tiver outras importantes implicações para a vida dos professores e a sociedade. Em qualquer dessas situações, a decisão eletrônica será sempre precedida de assembleia geral para debater os assuntos, encerrada com a divulgação do resultado da votação.

E, por fim, também muito importante foi a definição da independência do Conselho Fiscal, com a atribuição de apreciar e emitir parecer sobre os relatórios financeiros, garantindo a transparência necessária à vida sindical.

Novos desafios se apresentam à medida que crescemos e expandimos nosso sindicato. Já somos mais de 3,6 mil associados, ou seja mais de 80% do total dos professores da nossa base – um dos maiores índices de sindicalização do País. A expressiva ampliação do número de filiados ocorrida nos últimos anos mostra a confiança crescente dos professores que acreditam nesse novo sindicalismo.

A opção de luta que tem por princípio a articulação entre a mobilização e a negociação como forma de conquistarmos nossas reivindicações garantiu no último ano o melhor acordo dentre todos os servidores públicos federais e a aprovação de uma das mais modernas carreiras de professores.

No dia 17 de junho a Adufrgs-Sindical completa 35 anos e 10 anos de atuação no novo movimento docente. Estamos todos de parabéns. Este novo sindicalismo é produto dessa história de luta e se adequa às conquistas democráticas as quais temos orgulho de termos contribuído.

Conae 2014 permanece no centro dos debates

Entre os desafios da próxima edição da conferência de educação, está a necessidade de dar continuidade nos processos iniciados em 2010

por Ana Esteves



O segundo vice-presidente da Adufrgs, Lúcio Vieira, adverte que ocorrem problemas de ordem política na configuração do evento

As deliberações sobre a próxima Conferência Nacional de Educação (Conae), que ocorre em 2014, continuam – e muitas entidades começam a colocar em pauta uma série de questões consideradas como desafios a serem superados por esta edição do evento. O segundo vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Olímpio Vieira, afirma que existem três gargalos a serem enfrentados durante a Conferência. O primeiro deles seria dar continuidade a um processo que iniciou em 2010, quando foi realizada a primeira Conae.

“A conferência é um espaço de representação ampla da sociedade e que procura expressar diversidades, com a presença de integrantes de universidades, sindicatos e vários movimentos que têm interesse no tema da educação, a exemplo de homossexuais, índios, negros e quilombolas. Juntos, estes representantes precisam buscar que as decisões sejam postas em prática”, diz Vieira. Segundo o dirigente da Adufrgs, caberia outro debate sobre como um espaço que pretende ser de discussão e reivindicação da sociedade é financiado pelo setor público e reúne representação da esfera federal. “Aqui surge mais um desafio: como equacionar uma situação em que temos o demandado e demandante reunidos, ambos sob o financiamento da parte solicitada, que também integra o espaço de decisão?”, questiona.

Para Vieira, um terceiro obstáculo a ser superado se refere à presença de problemas de ordem política na configuração da conferência, tornando o espaço dependente de interesses político-partidários. Esta dependência é classificada pelo dirigente como “um grande risco”, pois governo federal ainda encontra resistência de setores que

fazem oposição, como partidos políticos e algumas associações e sindicatos – situação que impede que a discussão sobre educação possa evoluir. “As decisões de 2010 foram muito pouco operacionalizadas ao longo dos quatro anos que passaram. Me parece que acaba havendo uma seleção de decisões a serem levadas a cabo e são justamente aquelas que interessam para pressionar o Legislativo a aprovar determinadas leis.”

Na opinião de Vieira, a Conae deveria ser um espaço público e democrático de discussão, mas não consegue ter a expressão disso por razões elementares: “Quem financia as conferências é o governo federal, isso não dá independência necessária, os documentos são produzidos pelo fórum nacional que também tem a dependência. Precisamos da Conae como fórum de discussão e não de submissão”, dispara.

Prova disso, exemplifica o dirigente, é que na esfera municipal há um debate muito acirrado sobre a questão educacional e das propostas a serem levadas à Brasília em 2014. “Já nos cenários estadual e federal está tudo tranquilo. E daí vem a pergunta: qual o partido que está no governo federal e qual o partido na esfera estadual, e quem são as entidades que estão no fórum estadual e no municipal? Nesse ponto, começa a ficar mais clara a disputa político-partidária que ocorre, não que se negue disputa política, mas não pode ser de tal ordem que deixe de lado o debate principal, que é a educação.”

A importância de superar este cenário, tirar o “ranço” de uma

sociedade “desabituada com a democracia” é apontada por Vieira. “Esse processo às vezes é doloroso, crítico, mas necessário”, observa. Segundo o dirigente é preciso aceitar divergências e fazer um “debate fraterno” para que se possa vencer nas discussões. “O Legislativo tem papel fundamental nestes pleitos”, destaca. Sobre as reuniões preparatórias para a Conae 2014, ele lembra que os debates ainda estão muito incipientes e que recentemente foram realizados encontros municipais e estaduais. “Haverá ainda uma conferência em Porto Alegre, entre 25 e 27 de junho – os debates estão no início.” Já a etapa estadual da Conae acontecerá nos dias 4 e 6 de outubro na Capital, e, segundo o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro-RS) e da Federação dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino Privado do Sul (Fetee-Sul), Amarildo Pedro Cenci, o encontro contará com 1.076 participantes de todo Rio Grande do Sul.

No evento estadual, o Sinpro-RS e as entidades do setor privado têm direito a levar 172 delegados, representando trabalhadores das mais diversas regiões, incluindo setores da educação básica, superior e profissional, com a participação de 30% de professores e 30% de funcionários. “Esta é a representação que queremos multiplicar nas conferências municipais e regionais”, observa Cenci. Serão em torno de 120 conferências em todas as regiões do Estado. O diretor do Sinpro adianta que a proposta que a entidade levará ao debate é que a conferência do ano que vem, a exemplo da de 2010, contemple questões que hoje são exigências unicamente para o setor público, uma vez que a legislação em vigor deixa lacunas na interpretação do empregador.

Um dos eixos que serão defendidos pela entidade se refere às condições de trabalho: serão pleiteados plano de carreira para os professores, limitação de alunos por turma, e garantia de tempo para

trabalho extraclasse (para preparação de aulas e correção de provas), de forma que seja considerado dentro da carga horária. “São questões que vêm sendo abordadas no setor público, mas no privado ficam isentas de seu cumprimento. Não há razão para que, na discussão do Sistema Nacional de Educação, que inclui as redes de ensino federal, estadual e municipal, se exijam condições de trabalho para o setor público, mas deixem o setor privado de fora do assunto.”

Cenci diz ainda que, no eixo da qualificação, o Sindicato defende que haja políticas públicas para todos os professores, independente de serem do setor público ou privado, uma vez que, na prática, só o público tem garantias. “Temos a compreensão de que a educação tem que ser vista pela sociedade como um bem público (mesmo que não concedida desta forma ainda), e não como mercadoria ou instrumento para ganhar dinheiro.”

Segundo o dirigente, os trabalhadores do setor privado não se veem contemplados pela legislação, e volta e meia buscam o Judiciário para que o mesmo estabeleça regras para estas questões. “Só que daí é caso a caso no Judiciário.” Sempre que professores se desligam de uma instituição privada acabam tendo que buscar o jurídico para preencher lacunas que a legislação deixa em aberto, reforça Cenci. “Não é mera questão de interpretação, é lacuna mesmo de questões objetivas do mundo real, da vida e da educação”, enfatiza.

Em 2010, o Sinpro já havia levado estas demandas para a Conae, sendo que parte delas foi contemplada, como a questão de limitação de alunos. Só que desta vez existem mais elementos que comprovam a importância e necessidade de estes pleitos serem discutidos e acolhidos na próxima edição do evento. “Esta é uma luta que agora queremos ver amparada pelos poderes Executivo e Legislativo, caso contrário, iremos continuar buscando nossos direitos no Judiciário.”

Cenci destaca as reuniões que têm sido realizadas com o Proifes-Federação, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e com representantes da rede municipal, onde todos acreditam que não há razão para diferenças. “Enquanto profissionais do setor, todos temos entendimento avançado sobre metas, desafios e necessidade de investimentos financeiros para a educação – são questões comuns nas redes pública e privada. Por isso queremos o Sistema Nacional Unificado, mas que siga regras iguais, tanto para o público quanto para o privado.”

O Sinpro integra o Fórum Estadual de Educação, e, dentro do mesmo, também a organização da Conae 2014 – que também conta com representação das centrais sindicais, setores empresariais, setor público federal, país, estudantes, entidades da diversidade, do movimento dos orientadores de educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), sistema S, entre outros. Ao todo, 37 entidades participam da coordenação. “Neste contexto, a luta para que a educação receba investimento equivalente a 10 % do PIB é estratégica, para que a mesma mude de patamar, que se saia do discurso, e se parta para atitudes concretas. Por enquanto, o que se vê é muita retórica. Quando se fala em investimentos, tudo começa a ficar mais difícil.”

Divulgação / Sinpro-RS



O diretor do Sinpro-RS, Amarildo Pedro Cenci, contesta que o setor privado ainda não integre as políticas públicas

Em busca da avaliação perfeita

Instituições Federais investem no aperfeiçoamento das ferramentas de apreciação da qualidade do ensino e de infraestrutura

por Patrícia Comunello

Fotos: Patrícia Comunello



A coordenadora do curso de Engenharia de Produção, Istefania de Paula, antecipa que, em vez de criar novas disciplinas, a Ufrgs vai orga

Avaliações viraram febre no mundo acadêmico brasileiro na última década. E a temperatura vai subir ainda mais no setor. Depois da grande visibilidade que o rol de testes do Ministério da Educação (MEC) – entre Enade, Índice Geral de Cursos (IGC) e Conceito Final de Curso (CFC) – angariou, agora as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) gaúchas buscam aperfeiçoar seus instrumentos internos. As mudanças já estão definidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), que estreia no segundo semestre de 2013 um novo modelo de questionários aplicados a estudantes, que opinarão sobre a didática de docentes e a qualidade da formação. Na carona das mudanças, as apreciações passam a inserir os professores, que farão uma autoavaliação. E não vai parar por aí. A reportagem da Adverso antecipa, com exclusividade, o novo pacote

da avaliação da Ufrgs, que ficou em primeiro lugar no IGC do MEC.

No Instituto Técnico Federal (IFRS), campus Porto Alegre, alterações efetivadas desde 2012 deram maior impulso aos mecanismos de avaliação, que terão mais mexidas. Na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa), os procedimentos são recentes e pautarão políticas de melhorias até 2017. Além de alunos avaliando professores, que vão se autodiagnosticar, para que se chegue a um dado mais convergente, em 2014 será a vez de egressos da federal opinarem. No IFRS, os ex-alunos também devem em breve entrar no circuito de avaliação. Os 500 a 1 mil diplomados ao ano da instituição número 1 do MEC e quem já deixou o ambiente universitário poderão dizer o quanto a formação colabora para a inserção no



izar as existentes e seus conteúdos, e inovar nas práticas pedagógicas



O titular da SAI da Ufrgs, Daltro Nunes, diz que a imagem da Instituição estará em jogo com nova avaliação

mercado de trabalho, para geração de renda e empregos. “Estará em jogo a imagem da Instituição. Iremos colocar em números o que costumamos ouvir”, valoriza o titular da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) da Ufrgs, Daltro Nunes.

Até 2015, novos espectros entram em cena na Ufrgs: infraestrutura, extensão, pesquisa, gestão e até ações afirmativas serão colocados no divã. Na linha da frente dessa reviravolta no modelo, está a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que desenhava há anos estes instrumentos de avaliação, mas não conseguia espaço para colocar em ação. Segundo a atual direção do órgão, a Universidade passou os últimos anos atendendo demandas do MEC sobre atualização de cadastros, perfis de cursos e processos na pasta federal, o que adiou as medidas que entram em vigor no segundo semestre.

A nova composição da comissão, que está no mesmo nível de conselhos, como o de Ensino e Pesquisa, – e tem autonomia prevista em lei federal – modelou e aprovou os primeiros questionários a serem aplicados. Nunes, que preside a CPA e é aficionado por estatísticas e suas possibilidades de compreensão sobre a realidade e desempenho da Universidade, espera que a nova fase eleve ainda mais a condição da academia. “Queremos montar indicadores de qualidade e métricas para obter números que deem conta do nível de entrega do que se faz na Ufrgs”, expressa.

Diante da novidade, alunos como Tatiane Barbosa e o colega de Engenharia de Produção e Transportes, Giuliano Nóbrega de Moraes, esperam que suas opiniões sirvam para mudar o que dificulta ou limita a formação. A dupla também anseia por retorno sobre o destino das pesquisas e os ajustes a serem processados na condução do ensino na Universidade. “Respondo sempre os questionários, pois acho importante, a ponto o que foi proveitoso e quando teve problema. Sou sincera, mas não vejo retorno”, desabafa Tatiane. “Detectamos esses pensamentos em pesquisas internas do curso. Foram dois achados: os estudantes não acreditam que as avaliações terão resultado e temem serem identificados e perseguidos”, registra a coordenadora da Engenharia de Produção, Istefania Carísio de Paula, que é professora de Tatiane e Moraes.

A nova composição das questões, em número bem menor que o do formulário aplicado até o começo do primeiro semestre, pretende aportar maior precisão ao



Doutora em avaliação e planejamento da CPA da Ufrgs, Claudia Medianeira Rodrigues diz que a intenção é dar continuidade ao trabalho e transformar em planos e medidas que elevem o desempenho da formação

captar o que os estudantes pensam. Mas depois a intenção é dar continuidade e transformar em planos e medidas que elevem o desempenho da formação, adianta a integrante da CPA, a doutora em avaliação e planejamento, Claudia Medianeira Rodrigues. Daltro Nunes espera que a atitude de universitários como Tatiane e Moraes possa servir de exemplo de participação. Isso porque há baixa adesão, que costuma ser associada ao desconhecimento ou desconfiança sobre a efetividade de resultados. O presidente da CPA aposta em maior atratividade, após a mexida no sistema de geração de respostas.

Ao acessar a ferramenta pelo portal do aluno, no site da Ufrgs, cada estudante terá uma margem maior para emitir sua opinião. "Haverá uma régua, pela qual o participante poderá escorregar com o mouse e registrar uma nota entre 0 a 10. Algumas melhorias foram processadas na formatação de cada uma das 11 questões, para calibrar desvios estatísticos e dar maior relevância e qualidade aos dados", descreve o titular da SAI. "O aluno opinará sobre o desempenho do professor: se deu uma boa aula, se domina o conteúdo, e como foi a relação com os estudantes", esmiúça Nunes. A autoavaliação, instrumento ainda pouco aplicado em universidades, permitirá confrontar os dois universos do mundo do ensino na graduação. "As questões serão as mesmas do aluno, mas com respostas do ponto de vista do docente. Será possível fazer

correlação entre os dois polos", previne o presidente da CPC. As duas metodologias serão testadas na largada do segundo semestre e passarão a valer oficialmente no fechamento do ano.

Nunes adianta que a intenção é usar as notas como requisito de ascensão na carreira, hoje pouco valorizado, por ter peso ínfimo. Para isso, será preciso elaborar um regimento para fazer do componente, hoje com figuração coadjuvante, um passaporte para avanços na carreira. Quem sabe, um mecanismo de meritocracia. O secretário da SAI esclarece que a proposta precisará ser debatida com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Não há prazo para estas definições, previne. Nunes antecipa que a meta é tornar a pontuação da avaliação mais relevante para a progressão funcional. Com as mudanças recentes no modelo de progressão, que impôs ingresso na classe 1 (auxiliar) e bonificação pela titulação, a apreciação de discentes e docentes pode ganhar mais relevância.

Campi de contrastes

Dentro da Ufrgs há mais de uma Ufrgs. Desde a condição física de unidades até a disparidade na execução de currículos, alunos identificam as carências e esperam investimentos. "Tem muita coisa para melhorar. A sala, o elevador, a janela quebrada, o banheiro que não tem papel. Sei que mudanças demoram, mas

estou há três anos na Universidade e pouca coisa mudou”, constata Tatiane Barbosa. A jovem lamenta que ao assistir as aulas nos primeiros semestres no Campus do Vale teve pouca prática em laboratórios e encarou instalações que não empolgam. “Pelo menos, ao frequentar disciplinas na Escola de Engenharia, algumas salas de aula têm computadores para cada aluno.” Moraes confessa que teme que suas respostas na avaliação sejam acessadas pelo professor. O presidente da CPC afasta este tipo de risco e ressalta que a Instituição busca maior representatividade para fazer uma leitura correta do quadro, e não para obter opiniões individuais ou pontuais.

A coordenadora da Engenharia de Produção e Transportes cita que o desestímulo com avaliações e seus efeitos foi um dos achados de pesquisa interna recente, que reavaliou o currículo. “Os estudantes ainda temem ser identificados e sofrerem perseguição”, reforça a professora. Diante da provocação das opiniões, a direção do curso decidiu tornar a formação mais pragmática. “Em vez de criar novas disciplinas, vamos

organizar as existentes e seus conteúdos, e inovar nas práticas pedagógicas”, antecipa Istefania. Triplo 5 no MEC – IGC, CFC e Enade –, a Engenharia de Produção leva ao pé da letra a atualização de processos, mesmo que não no ritmo e tamanho sonhados por Tatiane. A coordenadora cita que três laboratórios foram adquiridos: de processos de produção, criatividade, empreendedorismo e metrologia.

A professora comenta que o desafio é melhorar a graduação, que é o segmento que oferece mais espaço para aumentar a cotação no IGC, mesmo sendo triplo 5. Segundo a coordenadora, a produção e as avaliações dos cursos de pós-graduação da Universidade são os maiores puxadores do ranking. Claudia Rodrigues reforça a observação e diz que o aumento da qualidade, por meio de pontuações mais elevadas na graduação, também depende do engajamento das unidades.

Classe mundial é o alvo

Não dá ficar indiferente ao status de melhor universidade do País, segundo o IGC do MEC de 2011 (4,2) e revelado em 2012. Para a Ufrgs, o resultado motivou o lançamento da campanha Universidade de Classe Mundial. E parte da escalada para melhorar posições nos rankings internacionais, nos quais a instituição gaúcha aparece acima da 200ª posição. Claudia Rodrigues cita que está no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), formulado em 2012, a meta de alcançar o patamar de reconhecimento no Exterior. Para isso, avaliações e ações práticas são imprescindíveis, sugere a integrante da CPA. Daltro Nunes lembra, por exemplo, que em centros de ensino norte-americanos a prioridade é medir o resultado da formação na sociedade. “Nossos índices internos são bons, mas comparados aos estrangeiros, estão bem distantes. Os instrumentos de avaliação ajudarão a apontar onde temos de melhorar para subir no ranking.”

Claudia espera que os indicadores revelem aspectos que costumam escapar às avaliações externas, e que a comunidade universitária pressione por medidas que possam qualificar o que precisa ser aperfeiçoado. “Nosso IGC é muito bom porque muitos cursos de pós-graduação têm conceitos 5 a 7. Mas na graduação sabemos que ainda podemos melhorar”, constata a doutora em avaliação. Ela lembra que os instrumentos começaram a ser adotados em 1993, com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). Lei de 2004 instaurou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Snaes). Mas a especialista critica a falta de ligação entre o que se detecta nas apurações e o planejamento de ações práticas para

Entre os melhores

Posição da Ufrgs nos rankings mais badalados:

Nacionais:

IGC 2011 (MEC): 1º lugar

Folha-RUF 2012: 4º lugar (1ª no RS)

Exame da OAB 2012: 4º lugar (1ª no RS)

Internacionais:

Web of World Universities – Top 12000 Webometrics (2013): 129º lugar (3ª na América Latina (AL) e 2ª no Brasil)

Academic Ranking of World Universities (ARWU)/Shanghai 2012: entre 401ª e 500ª (8ª a 10ª na AL e 6ª no Brasil)

Web of World Repositories – Webmetrics 2013: 27ª (3ª na AL e 2ª no Brasil)

QS World University 2012: 501ª e 550ª (14ª na AL e 5ª no Brasil)

EduRoute World University 2011: 283ª (9ª na AL e 4ª no Brasil)

4International Colleges & Universities 2013 (4ICU): 290ª (8ª na AL e 4ª no Brasil)

SCImago Lab 2013: 271ª (6ª na AL e 5ª no Brasil)

University Ranking by Academic Performance (Urap) 2012: 293ª (7ª na AL e 5ª no Brasil)

CWTS Leiden Ranking 2013: 475ª (6ª na AL e 4ª no Brasil)

corrigir e engatar novos estágios de qualidade de serviços. “Ao propagarmos a meta de ser classe mundial, também precisaremos aprimorar práticas internas, ter aulas em outro idioma, ampliar o EAD e uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs). Temos de elevar o comprometimento interno e externo”, provoca a especialista e integrante da CPA.

IFRS registra 30% de participação de alunos

As unidades do Instituto Federal (IFRS) convivem com mudanças que viraram regra nos últimos anos. A estrutura reflete um dos formatos mais novos de educação profissional no País. As avaliações têm auxiliado a detectar zonas que precisam ser qualificadas. No campus de Porto Alegre, os responsáveis pela aplicação das ferramentas comemoram a taxa de 30% de participação dos alunos. Desde a estreia dos instrumentos, em 2010, adota-se duas modalidades: uma avaliação online, que atinge docentes, técnicos e discentes, e outra off-line, que capta as opiniões de representantes da comunidade externa sobre a atuação do Instituto. A abrangência revela uma diversificação frente à Ufrgs e Ufcsa. No IFRS, as próximas transformações envolverão os egressos, medida que contempla o Programa de Avaliação Institucional do IFRS (PAII-IFRS), elaborado no ano passado.

Na estreia, a avaliação online universal era focada na comunicação e infraestrutura. Além desse questionário,

os discentes do campus da Capital opinavam sobre as disciplinas e os docentes. A plataforma do Moodle (uma das ferramentas de comunicação digital) era o canal para a conexão com os estudantes, com aplicação da metodologia pela Coordenadoria de Ensino do IFRS. Neste sistema, a forma de execução dava trabalho. A diretora de Gestão de Pessoas da unidade da Capital, Bianca Smith Pilla, descreve que os alunos eram convidados por membros da Subcomissão Própria de Avaliação (SPA), para responderem aos questionários no laboratório de Informática. Os docentes e técnicos retiravam senhas na biblioteca e também podiam participar.

Bianca explica que o sistema foi aperfeiçoado, com a inclusão da avaliação das disciplinas e dos professores pelos estudantes, antes exclusividade do setor de Ensino. Em alguns campi, foi a primeira vez que os conteúdos e o formato de aprendizado passaram pelo processo. A diretora de Gestão de Pessoas acrescenta que os setores podem relatar as atividades e incluí-las no Relatório Anual de Autoavaliação, elaborado no final de cada ano. “Mas, para a apreciação das disciplinas, pretende-se aplicar o instrumento semestralmente. Cerca de 30% dos alunos participa hoje, e este percentual é considerado muito bom”, destaca Bianca.

As análises participativas servem para detectar efeitos de situações, como a mudança de prédio concluída em agosto de 2011. “Quando a avaliação foi feita, em novembro, havia questões pendentes da in-




Diretora de Gestão de Pessoas do IFRS-POA, Bianca Smith Pilla informa que, atualmente, cerca de 30% dos estudantes participam da avaliação das disciplinas e dos professores da Instituição

fraestrutura e isto foi registrado”, observa a diretora. No ano passado, Bianca contrasta que houve melhorias no ambiente, o que refletiu nas opiniões, que ainda diagnosticaram carências na biblioteca, cujo acervo acabou ficando limitado ante as demandas crescentes dos cursos. “Mas as avaliações também revelam orgulho de servidores e alunos em fazer parte desta instituição. Há muitos elogios a professores, aos cursos e às políticas de assistência estudantil.” Já a comunidade externa relata mais aspectos relacionados à comunicação do IFRS.

Hoje cada coordenador recebe um relatório referente à avaliação de seu curso, abrangendo o questionário de avaliação e a autoavaliação discente. “Estas informações subsidiam decisões e o planejamento do curso. Já os docentes passarão a receber um relatório individual, com as opiniões dos alunos, e apoio pedagógico, quando for preciso”, explica Bianca. A avaliação off-line, com representantes da comunidade externa, foi enviada a instituições parceiras do campus, que trouxeram informações qualitativas sobre as atividades. “Queremos provocar um processo reflexivo.”

Ufcspa implementou modelo em 2012

A pró-reitora de Planejamento da Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre (Ufcspa), Liane Rotta, informa que a Instituição realizou pela primeira vez o processo de avaliação no segundo semestre de 2012. Na Ufcspa, foram consultados os segmentos integrantes da comunidade acadêmica, alcançando prioritariamente docentes e alunos dos cursos de graduação. Servidores técnico-administrativos também podem participar nos quesitos que não se restringem à relação de sala de aula. O instrumento é aplicado por meio eletrônico, com ferramenta desenvolvida pelo Núcleo da Tecnologia da Informação (NTI) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os itens avaliados consideram aspectos relacionados com a infraestrutura e os serviços (com opinião colhida junto aos três segmentos) e pedagógicos (autoavaliação do professor e do aluno, avaliação da disciplina pelos dois segmentos e do professor pelo aluno). A participação foi de 25,85% entre os estudantes e contou com 29,15% dos docentes, e com 46,7% de técnico-administrativos. Um relatório da avaliação foi entregue pela CPA em fevereiro passado à Reitoria, para que ainda analise os resultados, a fim de identificar as ações a serem executadas para atender as necessidades apuradas nas sondagens. Liane esclarece que, a partir dos dados levantados em 2012, será feita uma reestruturação da avaliação para o período da atual gestão 2013-2017. 

Fórmula de cada um

Como Ufrgs, Ufcspa e IFRS-Porto Alegre medem seu desempenho

Avaliação institucional: primeiros passos foram dados pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). Em 2004, lei federal estabelece o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Snaes), que exige a criação de Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Ufrgs

- Aplica questionários de avaliação dos discentes sobre os docentes desde 1998.

- Mudanças entram em vigor no segundo semestre de 2013, com primeiras alterações nos questionários nos quais os estudantes avaliam os docentes, que também terão autoavaliação.

- Os novos questionários:

Autoavaliação dos docentes e da disciplina: 14 perguntas sobre plano de ensino, desenvolvimento das atividades, uso de recursos técnicos, efeito de ensino para os alunos, tempo dedicado aos alunos e a relação, interesse dos alunos nas aulas e atividades e domínio de conhecimentos para aproveitar o novo conteúdo.

Avaliação do aluno: 11 questões abrangendo qualidade do conteúdo e relação com a realidade, desempenho e disponibilidade de tempo do professor, recursos usados, frequência, plano de ensino e relação com diversidade sociocultural dos alunos.

- A partir de 2014, sistema será ampliado para novos espectros de diagnóstico, buscando a opinião de egressos e da comunidade interna sobre infraestrutura, gestão, produção de pesquisa e extensão, e impacto das ações afirmativas.

Ufcspa

- Adota o sistema desde 2012, com foco em docentes e alunos na avaliação da formação, e inclui técnicos-administrativos na apreciação da infraestrutura e serviços. Resultados devem pautar mudanças até 2017.

IFRS-Porto Alegre

- Adota o sistema desde 2010, quando questionários se limitavam a avaliar imagem da Instituição e infraestrutura.

- Em 2011, ocorreram mudanças, com instrumentos online para alunos e docentes (sobre ensino). A comunidade externa opina. Egressos serão inseridos no sistema em breve.

Protolab da Ufrgs foca em diagnóstico e pesquisa de protozoários

Exames investigam enfermidades que afetam humanos e seus animais domésticos

por Ana Esteves



Fotos: Ana Esteves

Análises são realizadas para detectar parasitas, como a giárdia, que pode ser vista corada em lâminas no microscópio

A investigação diagnóstica é um dos pontos mais importantes da clínica veterinária, pois confere informações-chave para que se estabeleça uma linha de tratamento específica e que pode salvar muitas vidas. Essa é uma das funções do Laboratório de Protozoologia (Protolab) da Faculdade de Medicina Veterinária da Ufrgs, que atua junto à comunidade, oferecendo exames para diversas doenças, inclusive as zoonoses, enfermidades que afetam animais e humanos.

“Realizamos o diagnóstico de protozoários hemoparasitos como babesia e anaplasma e teste de toxoplasmose, através da técnica de triagem de hemaglutinação indireta. Também são oferecidos exames de fezes para vistoria de coccidioses intestinais como eimeriose e isosporose, e técnicas específicas para o diagnóstico de giardíase e criptosporidiose”, enumera a médica veterinária e doutoranda do Laboratório,

Mariana Caetano Teixeira. Além disso, o espaço conta com a parceria de laboratórios externos para realização de outras técnicas de análise. O Protolab funciona vinculado à Faculdade de Veterinária da Universidade, mas também presta serviço terceirizado a médicos veterinários autônomos e ao Hospital de Clínicas Veterinárias da Ufrgs, que encaminham as amostras de fezes e sangue para serem processadas.

Entre as enfermidades investigadas pelo laboratório está a toxoplasmose, uma zoonose cuja contaminação pode ocorrer de diversas maneiras: através da ingestão de formas infectantes do protozoário presentes na água, em hortaliças, pelo manejo com terra sem utilizar luvas de proteção, e com o consumo de carne contendo cistos do protozoário. Mariana destaca a importância de desfazer a ideia de que os gatos são os vilões da contaminação por toxoplasmose. “Eles são hospedeiros des-



te protozoário e eliminam as formas que podem infectar a água e terra de hortas e as verduras. Porém essa contaminação não é a mais comum de levar ao contágio humano, pois, se a água for fervida e as verduras bem lavadas, o risco é quase nulo. O problema não é o gato, mas a falta de higiene na hora do consumo dos alimentos. O contágio mais comum se dá pela ingestão de carne mal passada, contendo cistos deste protozoário. Essa forma sim tem se mostrado mais recorrente”, explica a veterinária.

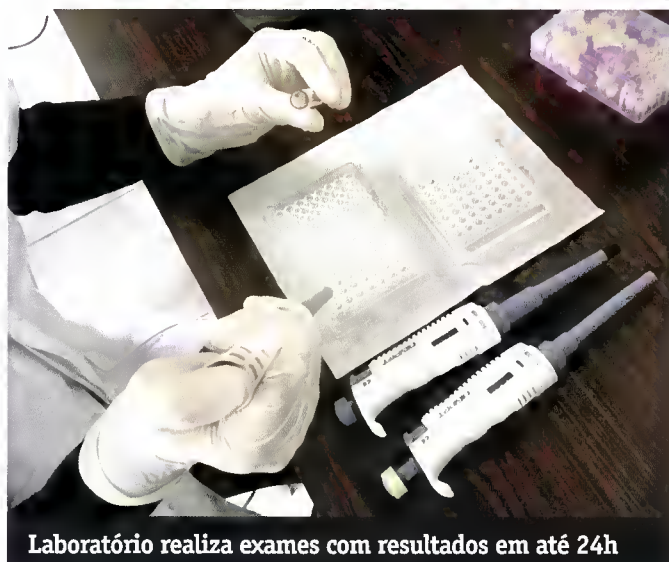
Para se contaminar de forma direta através dos gatos a pessoa precisaria efetivamente ingerir as fezes do animal, mantendo contato manual com as excretas, sem realizar a higienização necessária. “Um manejo adequado com felinos pode prevenir este contato, através do uso de luvas para limpar as caixas e para trocar a areia diariamente. Além disso,

se pode evitar a contaminação da água e das verduras impedindo que os gatos tenham acesso a hortas”, sugere Mariana. “Vale lembrar que se o gato tiver contato com o protozoário, irá eliminar essas formas apenas uma vez, sem que haja problemas posteriores.”

A especialista ensina que a prevenção da doença se dá pela ingestão de carnes bem cozidas, principalmente de suínos, e pelo cuidado com o consumo de embutidos, onde é utilizada carne crua. Além disso, para quebrar o ciclo do protozoário, é importante evitar que gatos comam carne crua. Os diagnósticos mais eficazes são os sorológicos para verificar a ocorrência de anticorpos. Esse tipo de análise é importante em mulheres grávidas e deve ser feita até o final da gestação. As técnicas são Elisa, Rifi e moleculares. “Os principais sinais em mulheres grávidas pode ser o aborto, se a doença for adquirida no primeiro trimestre da gestação, além de lesão oculares e neurológicas nas crianças. Podemos ter o nascimento de bebês com microcefalia, anencefalia, e problemas de retina. Quanto antes for feito esse diagnóstico na mãe e na criança, mais cedo o tratamento específico é utilizado, e menores são as sequelas”, explica a veterinária.

Existem alguns protocolos de tratamento que visam diminuir os sinais e as consequências em crianças e bebês, sendo estes à base de Sulfadiazina. Além da toxoplasmose, o laboratório possui linhas de pesquisa que trabalham com a importância de diversos protozoários em saúde pública, como é o caso da Leishmaniose, doença que até pouco tempo atrás não tinha relatos em Porto Alegre e que agora avança lentamente na Capital, preocupando estudiosos da área, especialmente por ser uma zoonose grave. “Os pesquisadores do assunto temem um avanço rápido da doença e o aparecimento entre a população, visto que já é bem documentado que os casos caninos precedem os dos humanos”, comenta Mariana.

A pesquisadora, que desenvolve seu trabalho de doutorado focado na Leishmaniose, diz que Porto Alegre ainda está em fase de confirmação de alguns casos da forma visceral



Laboratório realiza exames com resultados em até 24h




Equipe do Protolab: Eduardo Antunes (acima/esq.), Mariana Teixeira, Renata Ferreira e o professor Flávio Pacheco

da enfermidade: possui alguns casos caninos identificados e existe uma forte pesquisa com relação ao reconhecimento do vetor transmissor da doença. Sobre os sintomas da enfermidade, Mariana afirma que nos cães ela tem caráter crônico e de aparecimento tardio, os sinais clínicos iniciais podem ser muito inespecíficos (como perda de peso, perda de pelos, problemas de pele), e levam o animal a óbito.

"A transmissão ocorre sempre pela picada do inseto vetor (Flebotomíneo) contaminado com o protozoário, e esse caminho pode ser do homem para o cão e vice-versa. Não existe contágio direto da doença por contato com pessoas ou cachorros infectados. A proteção dos animais pode ser feita com o uso de repelentes e coleiras impregnadas com Deltametrina 4%", ensina a veterinária. O diagnóstico clínico precoce favorece o prognóstico da doença nos humanos e o exame laboratorial deve ser feito na rede oficial da saúde (Lacen). Segundo Mariana, o tratamento de cães e o uso de vacinas ainda são pontos críticos e de muita discussão entre os médicos, veterinários, pesquisadores e serviço público.

Outra doença que também merece especial atenção do laboratório é a giardíase, que é causada por um protozoário intestinal de infecção fecal oral, ou seja, contaminação de fezes em fontes de água, sendo essa forma a mais importante de contágio em cães e gatos. "Os sintomas podem ser diarreia pastosa até a líquida, dor abdominal e flatulência. Importante salientar que podemos ter uma transmissão zoonótica entre homens e animais", explica Mariana.

Muitos animais apresentam quadro de infecção persistente, que pode levar à perda de peso, apatia e vômito, além de quadros de colite e proctite. Em animais adultos a infecção pode ser assintomática, perpetuando a contaminação ambiental. A severidade da giardíase é potencializada por infecções virais, bacterianas ou helmínticas concomitantes, ou mesmo em pacientes imunossuprimidos. O tratamento é feito à base de metronidazol ou febendazol, e o mais importante é prevenção e controle ambiental.

O protozoário causador da giárdia é muito resistente na sua forma de cisto no ambiente, o que favorece a recontaminação dos indivíduos, sendo mais relevante a infecção de animais e pessoas jovens e crianças. Para encaminhar exames para o Laboratório de Protozoologia da Ufrgs, cujo responsável é o médico veterinário e professor Flávio Pacheco de Araujo, é possível fazer contato pelo telefone (51) 3308-6131 ou pelo email protoufrgs@gmail.com. As amostras devem ser encaminhadas ao laboratório e geralmente em 24 horas são liberados os resultados. Além dos trabalhos de pesquisa e da realização de exames diagnósticos, o laboratório estimula a participação de alunos da Faculdade de Veterinária na rotina e nas atividades de pesquisa para favorecer aos mesmos uma vivência na prática laboratorial de rotina. 

Prevenção e controle de doenças causadas por protozoários

Toxoplasmose:

- Usar luva ao manusear terra e areia
- Lavar bem verduras, frutas e legumes
- Evitar ingerir carne crua ou mal cozida
- Fazer teste laboratorial pré-natal
- Fazer exames do soro sanguíneo dos animais suspeitos
- Não se deve alimentar os gatos com carne crua, vísceras e leite de caprino não pasteurizado
- Evitar que os gatos comam vetores mecânicos com baratas, moscas e minhocas
- Evitar o contato com fezes de gatos infectados durante o período de eliminação das formas infectantes

Giardíase:

- Lavar as mãos após ir ao banheiro, trocar fraldas, brincar com animais e antes de comer ou preparar alimentos
- Ingerir unicamente água tratada
- Higienizar os alimentos antes do consumo e cura dos doentes
- O cloro não mata os cistos e que, portanto, alimentos ou água tratados unicamente com cloro não impedem a infecção por este protozoário

Leishmaniose:

- Controle do vetor
- Uso de coleiras contendo inseticidas, xampus ou inseticidas aerossóis que são efetivos para proteger o cão contra a picada do mosquito
- A pulverização de casas e abrigos dos animais com inseticidas só terá impacto na transmissão se o vetor for restrito às áreas intra ou peri-domiciliar

Sedentarismo mobiliza discussões em sala de aula na Esef

Futuros profissionais da Educação Física debatem sobre o comportamento que se tornou marca registrada da sociedade contemporânea

por **Araldo Neto**



O cooper, apesar de popularizado no País na década de 1970, nem sempre é indicado, uma vez que cada pessoa tem um limite.

Informações sobre os benefícios da atividade física e os malefícios do sedentarismo estão por toda a parte, sustentadas em farta documentação científica. Dicas sobre como levar uma vida fisicamente ativa em meio à rotina diária são facilmente encontradas na mídia: “Use a escada em vez do elevador”, “desça do ônibus duas paradas antes e vá a pé para casa”, “saia para passear com o cachorro”, “faça alongamentos na fila do supermercado ou do banco”, etc. Dificilmente há quem coloque em dúvida a correlação positiva entre atividade física e saúde, mas os incessantes apelos para que a população se dedique à atividade física indicam que ainda há resistências à prática em si: sabe-se que faz bem, mas muita gente não realiza. Este é um dilema sanitário importante para o campo da saúde, de modo especial para a educação física, e tem mobilizado inclusive discussões em salas de aula.

Recentemente, o professor da Escola de Educação Física (Esef) e do programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Ufrgs, Alex Branco Fraga, propôs um trabalho para as duas turmas de estudantes da disciplina Bases das Práticas Corporais e Saúde na Esef. Dois eram os objetivos: colocar os futuros profissionais da Educação Física diante de uma situação-problema socialmente relevante e desafiá-los a pensar maneiras de comunicar o que aprenderam sobre o tema, de forma que não se restringissem às dicas de como inserir atividades físicas na rotina diária.

Uma das primeiras tarefas dos alunos foi revisar as recomendações sobre atividade física, relacionadas à saúde, que tiveram grande apelo midiático no Brasil nos últimos anos. Dois momentos considerados foram mais marcantes:





O professor de Educação Física Alex Fraga ressalta que, mais que disseminar a informação, é preciso que se invista em infraestrutura pública, que permita a inclusão das práticas corporais no dia-a-dia da população

os preceitos da aptidão física, difundidos no País no início da década de 1970, pelo médico americano Kenneth Cooper, que sugeria sessões de exercícios de 50 a 60 minutos ininterruptos, no mínimo três vezes por semana – e que fizeram da corrida uma prática popular –; e as dicas propagadas a partir de 1996 por programas de promoção, como o Agita São Paulo, que indicava 30 minutos de atividade física de intensidade moderada ao longo do dia, podendo ser fracionados em até três períodos de 10 minutos, preferencialmente todos os dias da semana. Esta segunda febre midiática popularizou a caminhada como prática promotora de saúde.

Os alunos identificaram que esta forma de promoção da atividade física, especialmente onde as recomendações estão baseadas nos 30 minutos de exercícios moderados, é embasada em uma lógica de mudança comportamental, na qual cada o sujeito, individualmente, uma vez bem informado, pode “facilmente” incluir em sua rotina diária atividades físicas

deste porte. Mas se é tão simples, porque o sedentarismo ainda segue sendo um problema? Muitas são as causas, mas certamente apontar saídas individuais para uma dificuldade coletiva e multifatorial é uma delas.

Para Fraga, que também é autor do livro *Exercício da Informação: Governo dos Corpos no Mercado da Vida Ativa*, o grande equívoco das sugestões que circulam na mídia é que elas são universalistas, não levando em consideração as singularidades de cada indivíduo, gerando uma adesão temporária (quando ocorre), que pouco contribui para a adoção em larga escala de um estilo de vida fisicamente ativo. Por isso, de acordo com o docente, “é preciso pensar em alternativas de comunicação que não apenas informem as pessoas sobre a sugestão em voga, mas que leve a população a demandar espaços públicos de lazer e serviços de saúde destinados à oferta de práticas corporais respaldadas por um trabalho multiprofissional de promoção da saúde, de acordo com as diretrizes mais gerais do SUS.”

Com base nisso, o grupo de estudantes fez um levantamento de locais na cidade de Porto Alegre que unissem o “útil ao agradável”. Muitos foram os achados, especialmente os programas vinculados à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) e os Centros de Referência de Assistência Social, vinculados à Fundação de Assistência Social e Cidadania, locais onde são oferecidas as mais diferentes práticas: esportes, ginástica, dança, atividades aquáticas, capoeira entre outras. “Porém, ainda é pouca a oferta de programas de práticas corporais integradas a serviços da rede de atenção à saúde”, observa Fraga.

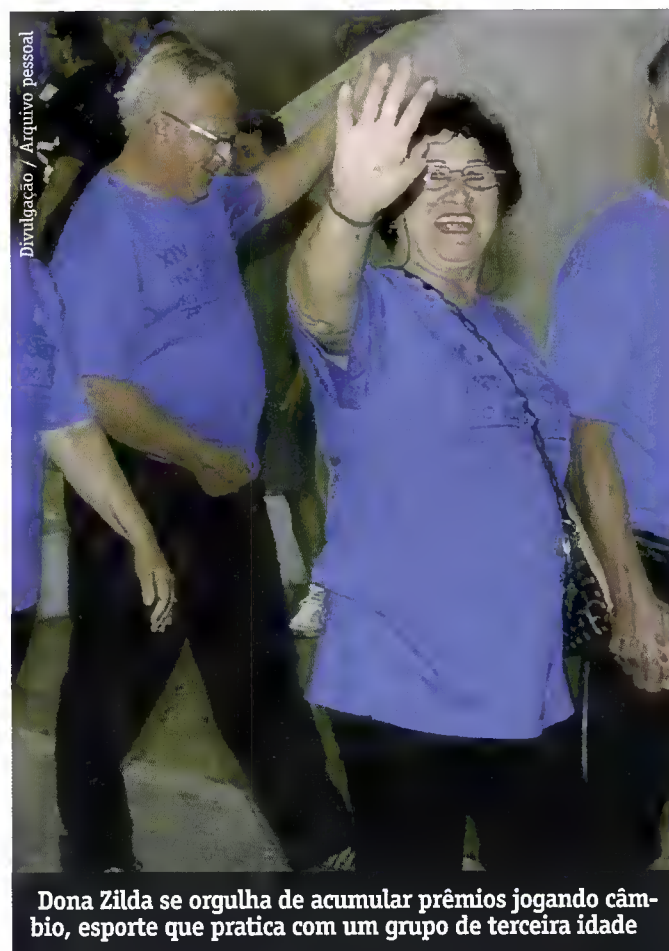
Práticas corporais em grupos geram bem-estar

De um modo geral, os estudantes chegaram à conclusão de que as dicas que circulam na mídia sobre como deixar de ser sedentário, apesar de ajudarem a difundir os benefícios da atividade física, acabam levando a cada um a buscar saídas individuais para dar conta de ser ativo. O melhor seria investir na ampliação do leque de ofertas de vivências em práticas corporais coletivas, o que aumentaria as chances de envolvimento mais efetivo da população. De acordo com um dos grupos, há a necessidade de as pessoas se “enturmarem” em equipes que tenham vários pontos em comum, em vez de apenas “se virarem” sozinhas. “Você vai fazer novas amizades e compartilhar experiências de vida, criando uma identidade com as pessoas e o ambiente, tendo prazer com aquela prática corporal”, afirmaram os estudantes durante o trabalho desenvolvido por Fraga.

Para quem ainda não faz parte de algum grupo, são os próprios alunos da disciplina lecionada por Fraga que indicam procurar projetos de bairros, programas vinculados ao SUS, instituições de caridade e igrejas e parques e praças públicas. Em Porto Alegre, por exemplo, o programa Lazer e Saúde é uma boa opção para quem busca praticar alguma atividade física coletiva gratuita. Promoção à saúde com a mudança de hábitos da população é o objetivo do programa que já tem mais de 17 mil pessoas cadastradas. Os participantes são orientados por profissionais em caminhadas, corridas e pedaladas. As atividades acontecem em nove parques e praças da Capital.

Com o mesmo objetivo de promoção do bem-estar, o governo federal criou as Academias da Saúde. Elas serão implementadas em vários pontos do Brasil. Esses espaços consistem em um local com infraestrutura e equipamentos públicos para a realização de práticas corporais e atividades físicas, bem como promoção de ações de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar, além de práticas artísticas. Fraga acredita que as Academias da Saúde, que estarão conectadas às Unidades Básicas de Saúde e ao Programa Saúde da Família, são uma forma de o poder público investir em

programas de base populacional e não se valer apenas da circulação de informações. Segundo ele, o local vai propiciar encontros da comunidade, o que vai fortalecer as práticas corporais e atividades físicas, alimentação saudável e outros elementos importantes para os cuidados com a saúde da população.




Dona Zilda se orgulha de acumular prêmios jogando câmbio, esporte que pratica com um grupo de terceira idade

“Estou vivendo outra adolescência”

A vida da aposentada Zilda Timm da Silva, 68 anos, mudou desde que ela passou a integrar o grupo de Terceira Idade Laços da Amizade, de Tramandaí. Cerca de 20 idosos participam da modalidade de Câmbio, uma espécie de Vôlei adaptado. Dois treinos por semana, competições e viagens são as atividades que preenchem o tempo desta senhora. Há sete anos nesta “prazerosa rotina”, dona Zilda conquistou novas amizades e muita saúde. “Anteriormente, eu tinha pressão alta. Depois que comecei a jogar, a pressão normalizou. Faz bem para o meu corpo e para a minha mente. Estou vivendo outra adolescência, onde meu tempo é preenchido alegremente”, afirma. Dona Zilda também se orgulha de acumular troféus e medalhas na atividade física que exerce, mas pondera que sua principal conquista, sem dúvida, é sua saúde. 🏆

JOSÉ CARLOS FRANTZ

“Existem múltiplas faces e conexões da pesquisa com a sociedade”

A portrait of José Carlos Frantz, a middle-aged man with grey hair and a beard, wearing a dark jacket over a light blue shirt. He is looking directly at the camera with a slight smile.

A pesquisa não ocorre como uma prática isolada, fechada dentro de uma redoma. Ela tem um vínculo com as atividades de ensino. Além da participação dos estudantes, tem um mote que é o desenvolvimento da qualidade de ensino. Assim, tudo aquilo que se produz em pesquisa é repassado para dentro da sala de aula. Com estas palavras, o pró-reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), José Carlos Frantz, fala sobre os conceitos e princípios que embalam estes estudos na Instituição e os desafios colocados diante dos pesquisadores para que seus trabalhos sejam conhecidos por seus pares e pelo conjunto da sociedade.

Frantz descreve que um único projeto científico pode envolver uma série de sondagens em software, informática, mecatrônica, produção de robôs, engenharia metalúrgica, engenharia de materiais com análise de corrosão, de resistência de materiais, de definição de reservas na Geologia ou na construção de modelos teóricos na Matemática, e ainda para a transformação dessas reservas em produtos, na Engenharia Química. Por sua vez, um projeto na área da Medicina pode exigir desenvolvimentos na Engenharia Metalúrgica. “A pesquisa científica interliga cada vez mais diferentes setores do conhecimento, especialmente na área tecnológica.”

Em entrevista à Adverso, o gestor afirma ainda que a Universidade está trabalhando hoje fortemente para aumentar a visibilidade do que realiza.

“Temos plena consciência de que a Ufrgs realiza muito, mas talvez não consiga divulgar de maneira adequada interna e externamente.

Estamos trabalhando em cima disso.”

por Marco Aurélio Weissheimer

Adverso: Quais são os conceitos e princípios que norteiam a política de pesquisa implementada atualmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul?

José Carlos Frantz: Um dos elementos que dá maior consistência à política de pesquisa praticada na Ufrgs é exatamente o envolvimento que existe entre todos os setores da Universidade. Nós não temos, a rigor, apenas um setor específico fazendo pesquisa. Somos uma instituição plena e temos todas as áreas do conhecimento sendo desenvolvidas internamente. Esse é um aspecto que considero fundamental para o sucesso da Ufrgs como universidade. Além disso, temos uma interação extremamente forte entre a pesquisa, o ensino e a extensão. A pesquisa tem vínculo com as atividades de ensino, inclui a participação dos estudantes, e tem o mote do desenvolvimento da qualidade de ensino. Assim, tudo aquilo que se produz em pesquisa é repassado para dentro da sala de aula. Outra característica fundamental da investigação desenvolvida na Ufrgs é que ela tem um vínculo com os anseios da sociedade da qual faz parte. Creio que esse é um ponto fundamental para que uma entidade ligada à pesquisa tenha sucesso. É o olhar sobre sua sociedade e, através dele, trazer o estudo para mais perto da comunidade na qual ela se insere, tornando-a mais palpável em termo de resultados. Isso não significa dizer que só vamos fazer sondagem aplicada. Não é isso. Significa dizer que, ao olhar a sociedade, nós vemos nela alguns anseios de curto prazo. Mas também sabemos que, muitas vezes, para atender estes anseios, precisamos desenvolver pesquisas e projetos que nem sempre vão dar resultados imediatos, mas que, no longo prazo, poderão amparar outros projetos de estudos e de desenvolvimento de interesse da sociedade.

Adverso: Como é que funciona esse processo de “escutar a sociedade”? A Ufrgs deve receber muitas demandas de pesquisa por parte de diferentes setores sociais. Como essas demandas são recebidas?

Frantz: A Universidade tem alguns mecanismos de vinculação com a comunidade. Um deles é a participação de representantes da sociedade nas cadeias decisórias da Instituição. No Conselho Universitário, por exemplo, que é o órgão máxi-



“Um ponto fundamental para que uma entidade ligada à pesquisa tenha sucesso é ter um vínculo com os anseios da sociedade da qual faz parte”

mo de administração e de poder da Ufrgs, temos representantes da indústria (Fiergs), do governo do Estado, de secretarias estaduais, e de sindicatos. Isso nos dá um retorno em termos de gestão. Nas decisões máximas da Universidade, há representantes da sociedade participando dessas escolhas, com peso de voto inclusive. Em segundo lugar, a Ufrgs também tem seus representantes em vários colegiados da comunidade gaúcha. Isso, por si só, já estabelece

uma vinculação com várias entidades. Mas essa interação não pára por aí. A Ufrgs também tem pessoas e grupos de pesquisa atuando diretamente com núcleos sociais ou com grupos empresariais. Temos vínculos, através de convênios e termos de cooperação, com inúmeras dessas entidades. Então, esse é um canal constante de relacionamento com a sociedade. Isso nos coloca diante de demandas contínuas externas. Deste modo, nós desenvolvemos um olhar especial, que nos torna mais sensíveis acerca do que a sociedade está pedindo. Muitos desses acordos nos colocam diante de pleitos imediatos. A Ufrgs hoje tem um relacionamento muito forte com a sociedade na área de desenvolvimento, de pesquisa aplicada.

Adverso: O senhor poderia citar algum exemplo desse tipo de demanda que vem sendo impulsionada pela pesquisa da Ufrgs?

Frantz: Na área mais tecnológica, por exemplo, a Universidade é muito demandada pelas empresas de petróleo. Temos vários convênios, termos de cooperação e até mesmo contratos de desenvolvimento tecnológico com empresas de diversas áreas. A indústria do petróleo nos apresenta muitas demandas que a pesquisa da Ufrgs tem capacidade de desenvolver. Aí entra a questão do olhar da Universidade pleno para a sociedade. Nós temos hoje setores que desenvolvem softwares, sistemas de monitoramento dentro da indústria de informática e das engenharias. Temos setores que trabalham com ligas metálicas, com resistência de materiais, com corrosão em sistemas, com altas pressões, com mobilidade de fluidos em meios porosos. Temos ainda grupos de pesquisa que trabalham na prospecção de óleo, na definição e quantificação de reservas de óleo e gás. Temos especialistas em transportes,

em dutos, em resistência de materiais. Tudo isso, interligado, é visto pela indústria do petróleo como uma cadeia científica e produtiva completa. A Ufrgs, internamente, muitas vezes não enxerga isso, mas a sociedade, quando olha para dentro da Instituição e vê a capacidade de cada grupo de pesquisa, às vezes de maneira isolada, identifica uma universidade capaz de produzir o processo inteiro, desde a identificação de uma reserva de óleo, por exemplo, até a extração e produção disso na indústria química e petroquímica.

Adverso: Esse processo envolve, então, em muitos casos, diferentes cursos e áreas de conhecimento...

Frantz: Sem dúvida. Um mesmo projeto pode envolver pesquisa em software, informática, mecatrônica, produção de robôs, engenharia metalúrgica, engenharia de materiais com análise de corrosão, de resistência de materiais, de definição de reservas na Geologia ou na construção de modelos teóricos na Matemática, ou ainda na Engenharia Química, para a transformação dessas reservas em produtos. Todos esses setores da indústria, ou todas estas partes da sociedade, conseguem olhar para a Ufrgs e identificar esses vários cursos, em diversas unidades acadêmicas, integrando um todo, executando uma parte de um trabalho mais amplo. Quando se olha esse processo como um todo, ele está completo dentro da Ufrgs. Esse é um mérito da Universidade, conquistado pela qualidade do que ela produz. Às vezes, nós, internamente, não conseguimos identificar esse método totalmente, pois nossos grupos muitas vezes estão muito focados naquilo que estão realizando. Aí entra o papel da política de pesquisa da Universidade para dar visibilidade

a tudo isso que está sendo feito e, muitas vezes, chamar esses grupos que atuam isoladamente e mostrar que eles são parte de uma cadeia maior, de um processo muito maior. Outro exemplo que gosto muito de citar é o trabalho coordenado entre as áreas da Medicina e da Engenharia de Materiais ou da Engenharia de Produção. Temos alguns anseios, algumas demandas na área da Saúde que envolvem questões de cirurgias reparatórias, de recuperação de pessoas com deficiência, e que exigem implantes, uso de materiais e próteses.



"Um leigo pode perguntar o que a Engenharia Metalúrgica pode ter a ver com a Medicina. A resposta é: tem muito a ver"

Isso é concebido, obviamente, dentro de uma concepção médica, fisiológica, mas toda a parte de produção, de definição (se são apropriados ou não) de avaliação de sua capacidade de resistência, da sua adequação frente a tecidos orgânicos é feita dentro das engenharias. Um leigo pode olhar para essas diferentes áreas de conhecimento e perguntar o que a

Engenharia Metalúrgica pode ter a ver com a Medicina. Tem muito a ver. Toda a parte de microcirurgia envolvendo robótica tem tudo a ver com as engenharias. São desenvolvimentos científicos e tecnológicos que andam juntos. Dou outro exemplo: quando há um acidente com uma prótese de silicone importada da França, quem é que vai investigar isso para ver se estava adequada, se estava dentro dos padrões europeus de controle de qualidade como o fabricante dizia que estava? Não é a Faculdade de Medicina. O problema é médico, mas quem vai fazer a investigação e o desenvolvimento científico são as áreas da Engenharia que trabalham com resistência de materiais. É lá que vão dizer se a resistência dos envoltórios era adequada, se o material usado na confecção das próteses era apropriado, se tinha algum contaminante, se tinha a pureza necessária para ser usado como prótese em humanos. A pesquisa científica desenvolvida na Ufrgs hoje apresenta todas essas conexões.

Adverso: Quais são hoje, na sua avaliação, os principais obstáculos e desafios enfrentados pela pesquisa científica no Brasil e, mais especificamente, na Ufrgs? O dinheiro, ou a falta dele, segue sendo um problema?


Frantz: O dinheiro hoje não é o principal problema. Isso ocorreu há décadas atrás. Nos últimos dez anos, porém, não têm faltado recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Os governos e suas agências têm investido pesadamente na recuperação das estruturas de pesquisa do Brasil, não apenas nas universidades, mas também em centros de pesquisa. Isso é um avanço que o País vem registrando nos últimos anos. É óbvio que, diante de algumas dificuldades financeiras

momentâneas, causadas por crises mundiais, temos uma oscilação pequena de recursos que diminuem de um ano para o outro, mas são problemas pontuais. De um modo geral, as médias de investimentos têm sido muito boas. Isso não quer dizer que não se queira mais recursos. É óbvio que, para quem está em uma universidade, ter dinheiro de órgãos financiadores de uma maneira fácil, simples e direta é algo sempre bem-vindo. O que vejo hoje como uma grande dificuldade para a pesquisa é o excesso de burocracia a que as universidades e os órgãos públicos brasileiros estão submetidos. A universidade, como agente de promoção e produção de conhecimento, de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico é submetida hoje aos mesmos tipos de controle e aos mesmos tipos de exigências burocráticas de acompanhamento financeiro que são aplicados aos demais órgãos do governo. Isso gera problemas para quem faz pesquisa e tem prazos e mexe com laboratórios, às vezes com insumos que são exclusivos para aquele laboratório. É muito difícil falar a mesma língua dos órgãos que controlam o sistema financeiro federal. Isso, às vezes, provoca um descompasso entre o tempo que precisaríamos para a pesquisa e o tempo demandado para fazer a parte de adequação financeira dentro das exigências legais que nos são impostas. Não estou querendo dizer com isso, obviamente, que devemos descumprir a lei. De forma alguma. Nossa obrigação primeira é cumprir a lei. O que estou dizendo é que temos um problema sério quanto ao tempo gasto com o atendimento de dispositivos que, às vezes, poderiam ser atenuados ou simplificados. Poderíamos ter para os setores de ensino, pesquisa e extensão uma facilitação de processos,

o que tornaria a universidade mais ágil. Hoje, por exemplo, perdemos um tempo muito grande quando estamos tratando da compra e importação de equipamentos e insumos necessários para fazerem laboratórios de pesquisa avançada funcionarem. Não temos, em muitos casos, fornecimento de um número muito grande de empresas. Normalmente, são companhias exclusivas, ou do Brasil ou do Exterior. No entanto, somos obrigados a atender dispositivos legais que nos obrigam, por exemplo, a ter três preços quando eles não existem. Às vezes levamos de três a seis meses envolvidos em tratativas burocráticas legais até que se consiga comprar determinado bem ou insumo. Isso implica que, ou a gente tem um planejamento de muito longo prazo, para que os laboratórios não parem e para que a pesquisa não seja interrompida, ou somos obrigados a acelerar o trabalho. Infelizmente, não vejo isso acontecendo no curto prazo.

Adverso: Não existe nenhum procedimento diferenciado em relação à importação de equipamentos e insumos para laboratórios utilizados em pesquisas científicas?

Frantz: Há algumas diferenças, mas que não são suficientes para conferir agilidade ao processo. A Universidade tem hoje alguns mecanismos de importação direta, com a desoneração de taxas e impostos mediante a liberação de quotas de importação junto aos órgãos governamentais. Mas isso, na verdade, é um abatimento de custos, não necessariamente de tempo. Em termos de tempo nós competimos da mesma forma que outros agentes importadores, às vezes até enfrentando demandas de tempo maiores que outros setores privados. Para um agente importador privado basta

ter a licença de importação e justificar a razão da compra, como a ampliação de um determinado processo e a ausência de um similar nacional, por exemplo. No setor público, enfrentamos outras demandas e instâncias de controle que, muitas vezes, tornam esse processo mais lento. Não temos essa maleabilidade de podermos comprar o que bem entendermos. Não acho que devamos ter descontrole ou descumprimento da lei, repito, mas precisamos ter algumas perspectivas que nos deem um tratamento diferenciado quando estamos falando de pesquisa, ensino e extensão. Deveríamos ter uma legislação um pouco mais específica para esses casos. Temos projetos que deveriam durar de dois a três anos e que, muitas vezes, precisamos pedir prorrogação de prazo porque não conseguimos montar as estruturas necessárias a sua execução no período previsto originalmente. Isso consome tempo e uma energia imensa dos grupos de pesquisa. A Ufrgs está trabalhando hoje fortemente para aumentar a visibilidade do que ela faz. Nós temos plena consciência de que a Universidade faz muito, mas talvez não consiga divulgar esse trabalho de maneira adequada interna e externamente. Estamos trabalhando em cima disso, em como é que podemos mostrar para nós mesmos o quanto produzimos e como conseguimos mostrar para a comunidade externa o quanto a Ufrgs é importante, e porque é fundamental manter uma estrutura pública como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nós só somos necessários para a sociedade quando ela entende qual é o papel de uma universidade pública também em termos de desenvolvimento e de melhoria de qualidade de vida. 

A vida com Funpresp-exe: dúvida, insegurança e riscos sobre o futuro

por Patrícia Comunello



Departamentos pessoais das instituições federais de ensino aguardam mais informações para esclarecimentos aos servidores

Baixa adesão, incertezas sobre o futuro e temor sobre riscos. Estes sentimentos emergem quando o assunto é a previdência complementar dos servidores federais, que estreou em fevereiro deste ano. A mudança, que prevê, para quem ingressou a partir de 4 de fevereiro, a possibilidade de aderir a um plano com contribuição do servidor e outra igual do governo, pegou setores de gestão dos benefícios do pessoal da Ufrgs, da Ufcsa e do IFRS desprevenidos, sem muito preparo para elucidar dúvidas e dar segurança ante o novo regime.

A direção da Funpresp-exe, fundação criada para cuidar da nova poupança futura, acredita que em pouco tempo este clima se dissipará e garante que as aplicações, taxas de carregamento e perspectiva de aumento de participantes pavimentam bons resultados da modalidade. A adesão ao regime será vantajosa a quem receber acima do teto do INSS, hoje de R\$ 4.159,00. Mas condições básicas, como assinar um termo de oferta de que a proposta foi oferecida na posse do cargo, só foram definidas em fim de março.

Uma das previsões da nova regra - a opção a ser feita pelo servidor que ingressou até 3 de fevereiro (que neste caso perderá a condição anterior) -, ainda não está acessível. No setor de concessão de aposentadorias da Ufrgs, a diretora da Divisão de Análise Funcional, Elisiane da Silva, diz que parte dos 41 admitidos até abril (32 docentes, 26 deles com vencimento acima do teto) não recebeu a guia por não estar disponível. Cabe a departamentos como o de Elisiane responder

dúvidas, que não são poucas. "As pessoas têm medo, muita incerteza sobre como vai ser", traduz a servidora. Prova disso é que, até o final de abril, ninguém havia se inscrito.

Elisiane tenta assimilar o novo sistema e usa cartilha com anotações feitas em teleconferência pela internet. "Mas se alguém tiver questionamentos que não estão no material? A quem vou recorrer?", indaga a servidora, que chegou a assistir a um curso em Goiás, "quando bateu o desespero". As áreas de pessoas das instituições também esperam que sejam agendados cursos para auxiliá-las a esclarecer o público alvo. "Só não há maior procura por informações porque os servidores não estão optando", deduz Elisiane.

Desde que passou a valer o novo modelo, 15 servidores ingressaram na Ufcsa, 11 deles, docentes, mas nenhum aderiu ao regime complementar. Segundo a área de pessoas da Universidade, alguns assinaram o termo de ciência. "Eles aguardarão mais informações, pois têm dúvidas sobre como vai ficar quando se aposentarem e quanto ao valor de desconto ao longo do tempo", justifica a pró-reitora de Administração, Roseane Alfama Inhaquites. O simulador criado pela Fundação e disponível em seu site não facilitou a compreensão. São três faixas de contribuição, com seus percentuais e impacto ao longo do tempo. A Funpresp-exe alega que foi conservadora na composição dos valores. "Precisamos de especialistas para explicar e orientar os funcionários", projeta a pró-reitora.

O coordenador da Divisão de Benefícios da Ufcsa, Leandro Mateus Silva de Souza, define bem o clima: “É tudo muito novo para todos.” Questionamentos não faltam, desde valor mais adequado para optar, projeção do benefício e riscos embutidos. “É preciso dominar o cálculo atuarial para poder responder”, sugere Souza. A exemplo da área de benefícios da Ufrgs, Roseana espera que capacitações patrocinadas pelo governo federal possam dar as ferramentas para auxiliar os favorecidos. “Eles já estão perdendo, pois desde março é possível fazer a opção, contando com a parte do governo”, lembra o coordenador da divisão.

Portabilidade, que é o direito que o servidor tem de levar para outro local de trabalho a poupança da previdência, nem sempre é bem compreendida. “Importante que tenhamos qualificação para explicar, ofertar e fazer a adesão de quem quiser”, pondera Souza. Ao se inscrever e passar a contribuir, o servidor terá novas obrigações, como monitorar resultados, ficar atento a relatórios de gestão, e verificar se as escolhas de investimentos e as rentabilidades das aplicações estão aportando valorização para garantir benefícios futuros mais atraentes. Problema é olhar para o novo modelo e ter segurança. “É muita decisão a tomar, e a pessoa precisa saber o que fará”, interpreta Roseana.

Na sede da Reitoria do IFRS, em Bento Gonçalves, a expectativa por cursos e encontros de treinamento é a mesma. Até agora, três servidores fizeram a adesão, entre 70 admitidos desde fevereiro. O IFRS terá um ritmo frenético de expansão da base de pessoal. Hoje são 1.260 servidores, 547 deles professores. No segundo semestre, 20 a 30 novos concursados devem ingressar. Além dos 12 campi existentes, mais três serão abertos até 2014, o que pode ampliar para mais 300 no quadro. Nem todos terão atrativo em entrar no Funpresp-exe. “Comparado com a previdência privada, nenhum banco vai ter a mesma fatia que o participante”, compara o diretor de gestão de pessoas do IFRS, Vicente Vieira. Mas isso pode não ser suficiente para convencer os beneficiários. “A dúvida é se é seguro investir. Muitos lembram do caso da Varig, que faliu e desfalcou o fundo de pensão dos empregados”, adverte.

Direção da Fundação promete dissipar dúvidas

A projeção da direção da Funpresp-exe é de alcançar 10 mil participantes até o fim do ano. “A estimativa é de que 50% dos ingressantes desde 4 de fevereiro no Executivo façam a adesão”, informa o diretor-presidente da Fundação, Ricardo Pena. Também poderá entrar na modalidade quem foi admitido entre 2004 e 3 de fevereiro de 2013, com a desvantagem de não contar com a cota do governo. Hoje a instituição tem caixa de R\$ 74 milhões, sendo R\$ 49 milhões do Plano do Executivo Federal (Exec-Prev), boa parte bancada pelo Tesouro, e R\$ 25 milhões do Plano do Legislativo Federal (LegisPrev), aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Pena busca tranquilizar as áreas de pessoas das três instituições gaúchas e considera que rapidamente o Exec-prev será assimilado.

“A mudança de paradigma na aposentadoria do servidor foi total. Leva tempo para ser absorvida e compreendida”, tenta sensibilizar o diretor-presidente, após ser informado das dúvidas, perguntas e temores sobre riscos futuros do modelo. O pouco tempo de criação da Funpresp (fevereiro) é um dos argumentos para justificar limitações. Além disso, não há uma sede própria e funcionários suficientes. O

Conselho Deliberativo da Funpresp-Exe definiu em março a política de investimentos, que prevê aplicação de 50% dos recursos na Caixa e os outros 50% no Banco do Brasil. Os percentuais devem ser revistos, em busca de ofertas que contemplem boa remuneração, e cobertura de custos e apoio à formação da Fundação. A diversificação ocorrerá por meio de licitação das instituições, cumprindo normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os recursos estão aplicados hoje em modalidades de longo prazo, com rentabilidade maior, mas menor liquidez. “A política de investimentos contempla elevados níveis de prudência, de governança, segurança, solvência, liquidez e transparência”, afiança Pena. “Com isso, garantimos o cumprimento do nosso dever fiduciário em relação aos participantes, assistidos e patrocinadores dos planos de benefícios que administramos.” O diretor-presidente da Funpresp-exe reforça que ter uma renda adicional à aposentadoria do sistema geral (teto do INSS), para manter o padrão de vida do período ativo surge como uma das melhores alternativas.

“No nosso fundo de contribuição definida, o servidor passa a usufruir de vantagens que não percebia antes ao aderir ao Exec-Prev”, assegura o interlocutor. Pena lembra que a contribuição do patrocinador (órgão onde o servidor está lotado) igual a do participante não ocorre em nenhum outro produto previdenciário ou financeiro. O dirigente aponta a portabilidade como um dos trunfos do plano federal. O beneficiário que for transferido ou passar em concurso para outro cargo no serviço público ou resolver atuar na iniciativa privada levará os recursos acumulados para outro fundo de pensão sem nenhum prejuízo. “A conta é do participante, os rendimentos lhe pertencem e ele pode dispor a qualquer momento”, assegura Pena. ☛

Anote e cobre A direção da Funpresp-exe informa:

- **Funpresp-exe:** faixas de contribuição para quem ingressou após 4 de fevereiro com mesma participação do órgão onde atua (7,5%, 8% e 8,5%)
- **Taxa de carregamento:** de 7% sobre a contribuição mensal, para cobrir custos administrativos. Perspectiva é de redução, com aumento da base de participantes.
- **Valor depositado em maio de 2013:** R\$ 59 milhões do Exec-Prev) e R\$ 25 milhões do Legis-previ.
- **Aplicações:** 50% na Caixa e 50% no BB, com limites de 75% a 100% em renda fixa, e de até 25% em renda variável (preferência a títulos públicos federais de longo prazo, títulos privados de baixo risco de crédito e ações de empresas em setores mais promissores, como construção civil, varejo e consumo, infraestrutura, saúde e educação).
- **Direitos:** proteção imediata em caso de invalidez ou falecimento
- **Dedução do IR:** até 12% dos rendimentos tributáveis, e o recebimento de 100% da rentabilidade líquida dos investimentos da conta individual. O IR pode ser de 10% sobre os rendimentos do benefício de aposentadoria, independentemente do valor, para quem optar pelo Regime Regressivo e isenção de contribuição na aposentadoria. No Regime próprio atual, o servidor continua a contribuir mesmo após se aposentar, com 11%.

População de Porto Alegre sofre com alto índice de poluição atmosférica

Quantidade de material particulado no ar da Capital é duas vezes maior que o limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde

por Araldo Neto



Onde há grande circulação de veículos, as amostras de ar coletadas pela Ufcspa apresentaram altos níveis de poluentes

O inverno no Rio Grande do Sul esconde um inimigo invisível que pode afetar a saúde da população. Trata-se da poluição atmosférica. Comum na estação mais fria do ano, a cerração aumenta a concentração de poluentes próximos ao solo, o que gera mais riscos de doenças nas pessoas. Especialistas dizem que a situação é preocupante na Região Metropolitana de Porto Alegre, devido à má qualidade do ar, especialmente durante o inverno.

Um dos poluentes mais nocivos para a saúde humana é o material particulado (poeira). Essa substância apresenta diversos tamanhos. Quando inaladas, as partículas consideradas finas (menor que 2,5 micrômetros de diâmetro) chegam à via respiratória inferior, podendo gerar danos à saúde. A especialista em análises clínicas e professora do Departamento de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa), Cláudia Rhoden, informa que esse material particulado ocasiona um processo inflamatório nos pulmões e várias reações bioquímicas no organismo. “Não são apenas doenças respiratórias que são precipitadas. Tem outras relacionadas, como alteração cardiovascular, morte súbita induzida pela inalação do material particulado e infarto agudo do miocárdio. Essas partículas menores quando chegam ao pulmão, seguem na corrente sanguínea, podendo chegar em diferen-

tes órgãos, inclusive no sistema nervoso central”, explica a especialista.

O material particulado adere em sua superfície diversas substâncias presentes na atmosfera, como microrganismos (bactérias e fungos), bem como elementos químicos, como metais liberados na queima de combustíveis. Recentemente, a Universidade de Boston avaliou a exposição de crianças ao material particulado, desde a gestação até a escola. A pesquisa detectou que as mesmas apresentavam problemas cognitivos. De acordo com a professora da Ufcspa, crianças, idosos e pessoas com algum tipo de doença prévia respiratória são os mais propensos às doenças motivadas pela inalação do material particulado.

Excesso de automóveis aumenta a sujeira do ar

Estima-se que Porto Alegre gaste anualmente US\$ 180 milhões por ano em função de adoecimento da população por conta da poluição. A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza uma exposição de, no máximo, 25 microgramas/m³ de material particulado fino por dia. O Laboratório de Estresse Oxidativo e Poluição Atmosférica da Ufcspa mediu a qualidade de ar no Centro da cidade e o resultado foi alarmante. O índice registrado foi duas vezes superior ao nível recomendado.

O trabalho de monografia do biomédico Alan Fleck, que se baseou na análise de alguns poluentes atmosféricos na Região Metropolitana de Porto Alegre, também detectou o material particulado. Foram colhidas amostras em trechos de grande circulação de veículos na Capital e nas cidades de Canoas, Novo Hamburgo, Sapucaia e Cachoeirinha, e comparadas com as do ar de Itapuã, em Viamão, considerado um ponto de controle de ar puro. “Os índices de poluentes ficaram acima de Itapuã em todas as cidades. O nível de poluição foi igual ao observado em Porto Alegre. Esse problema é constante perto de rodovias, como a BR-116”, comenta.

O crescente aumento na frota de veículos automotores é considerado um grande agente para o índice elevado. Segundo Cláudia Rhoden, o problema está relacionado com a má qualidade de combustível, pneus e asfalto. Em 2006, um levantamento da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que a capital dos gaúchos era a segunda pior em qualidade do ar entre outras seis capitais brasileiras, ficando atrás apenas de São Paulo. “Porto Alegre é uma cidade poluída, com má qualidade do ar. No entanto, a maioria das pessoas não sabe, pois isso não é veiculado pela mídia”, enfatiza Cláudia.

Com a perspectiva de aumento da frota de veículos, a especialista defende políticas públicas para minimizar os índices de poluição na cidade. Segundo ela, somente a associação de esforços nas áreas de saúde, meio ambiente e transporte pode modificar o panorama. “Os órgãos públicos estão começando a levantar alguns dados, mas ações mesmo eu ainda não vi acontecer. A situação

é muito complicada. A população também precisa estar consciente: é comum se ver apenas uma pessoa em um carro, em geral, não se dá a atenção necessária para o problema”, comenta.

Onde há ônibus, a situação é ainda pior. Em 2010, um estudo do Laboratório de Estresse Oxidativo e Poluição Atmosférica da Ufcsa avaliou a qualidade do ar no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, onde foram feitas medições em vários pontos do local. O diagnóstico mostrou que a qualidade do ar nas extremidades era pior em relação ao centro do parque, devido à grande circulação de veículos, especialmente ônibus, nas avenidas que margeiam a Redenção. A professora Cláudia relata que durante a medição em uma das paradas de ônibus da avenida João Pessoa, o índice de poluição de material particulado atingiu pico de 500 microgramas/m³, valor 20 vezes acima do que a OMS estipula como limite para que não haja danos à saúde.

Cláudia pondera que a chegada dos BRTs em Porto Alegre (veículos de trânsito rápido) promete reduzir os índices de poluição nos corredores de ônibus, uma vez que os novos coletivos terão linhas mais longas, com menos paradas. “A tendência é que isso gere uma melhoria, pois serão menos carros freando e acelerando, e estes dois fatores são fortes fontes de poluição”, pontua.

Ar poluído poderia gerar danos cerebrais e obesidade

Dentro dos estudos voltados ao tema, a Ufcsa costuma realizar experimentos com ratos expostos ao material particulado para mensurar os danos cerebrais causados pelo excesso de poluição. Em um dos testes, os animais de uma das câmaras respiraram o ar de Porto Alegre, atualmente com cerca de 53 microgramas/m³. Na outra, um grupo de ratos respirou ar puro, sem material particulado e alguns gases. Como resultado, os que viviam na câmara suja apresentaram comprometimento da memória e do aprendizado, em relação aos livres de poluição. “Notamos alterações bioquímicas no cérebro destes animais, com produção excessiva de oxidantes que geram prejuízo nas rotas relacionadas à memória”, relata Cláudia.

Outro dado observado é que os animais expostos à poluição na fase adulta são mais gordos. Quando dada a possibilidade de escolha entre uma ração padrão e um doce, optam pela segunda alternativa. De acordo com a professora da Ufcsa, os estudos tentam avaliar quais mecanismos bioquímicos fazem o rato escolher o tipo de alimento. “Estamos tentando relacionar a questão de obesidade e o ambiente urbano poluído. A ligação está possivelmente nos hormônios: há os que estimulam a alimentação e as escolhas alimentares, substâncias que aumentam ou não o metabolismo”, explica. 🐭



A professora Cláudia Rhoden alerta que material particulado ocasiona processo inflamatório nos pulmões

Indústria do plágio preocupa a academia

por Marco Aurélio Weissheimer

As possibilidades de plágio em trabalhos acadêmicos tornaram-se muito mais diversificadas com o desenvolvimento das ferramentas da internet, aumentando a preocupação das instituições de ensino e pesquisa com a sua ocorrência. Há plágios grosseiros e outros, mais indiretos, que às vezes nem são considerados como tal por seus autores. No entanto, ambos são parte de uma indústria que cresce sorrateira em diversas áreas da academia por todo o globo.

Em outubro de 2012, a Universidade de Düsseldorf acusou a então ministra da Educação, Annette Schavan, de ter plagiado trechos de sua tese de doutorado, defendida em 1980. A Instituição investigou as suspeitas de reprodução que cercavam o trabalho e divulgou um relatório de 75 páginas confirmando a acusação e apontando “o quadro característico de um procedimento de plágio” em diversos pontos da tese. O relatório enumerou passagens sem a devida referência bibliográfica em 60 das 351 páginas do trabalho. A ministra negou as acusações, mas a Universidade de Düsseldorf pediu que ela devolvesse o seu diploma de doutora. Foi um escândalo nacional.

Meses antes, em abril de 2012, o presidente da Hungria, Pál Schmitt, anunciou sua renúncia diante do Parlamento após ser acusado de plagiar sua tese de doutorado. Outro escândalo nacional.

Em 2011, a Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) decidiu demitir um professor de dedicação exclusiva, com mais de 15 anos de carreira, por entender que ele liderou um estudo que plagiou trabalhos de outros pesquisadores. Foi a primeira exoneração por plágio na USP em quase duas décadas. O professor em questão foi demitido por ser o principal autor da pesquisa que copiou imagens de trabalhos de 2003 e 2006 sem creditá-las aos autores, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O curso de Engenharia da Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) publicou em sua página na internet um texto que aponta aos alunos as principais modalidades do plágio acadêmico: reprodução de texto original exatamente como aparece em determinado livro e não referenciado; descrição com as palavras do aluno de trecho de livro, sem citar a referência, sendo assim interpretado pelo leitor incorretamente como uma ideia de autoria daquele que escreve o trabalho; e transcrição de vários parágrafos referenciados do estudo desenvolvido por um determinado autor sem citar a fonte.

As mesmas regras aplicam-se também à reprodução de gráficos, tabelas e imagens (como no caso da USP, citado acima). E há também formas de plágio onde quem pratica não sabe a origem do que está sendo copiado, fato cada vez mais comum em determinadas páginas da internet que compilam em verbetes conhecimentos sobre algum tema ou autor, sem a devida referência.

Desta forma, informações vão circulando de um canto a outro, sem identificação de sua origem ou mesmo com uma referência errada. Ou seja, as facilidades que a internet oferece vêm acompanhadas, algumas vezes, por um relaxamento quanto à seriedade e o rigor do estudo que está sendo feito. Esse tipo de procedimento não costuma ocorrer nas principais instituições e espaços de pesquisa das universidades brasileiras, mas há um vasto universo em torno delas que é habitado cotidianamente por estas práticas.

A ampliação das possibilidades de plágio em trabalhos acadêmicos – e escolares também, pois esse problema começa já no Ensino Médio – foi agravada pela proliferação de empresas e profissionais especializados em produzir trabalhos para estudantes. Quem digitar a expressão “compra de trabalhos acadêmicos” no Google, encontrará logo no primeiro endereço os serviços de Mepel Digitus (TrabalhosProntos.com). A página promete “fundamentação teórica sempre legítima”, e a empresa afirma: “Aqui você encontra um vasto acervo de materiais em diversos formatos: monografias prontas, projetos, planos de negócios e trabalhos prontos. Atuando desde 2000, temos o staff necessário para atender suas necessidades com qualidade, rapidez e segurança garantida.”

Logo em seguida, vem a www.indiceacademico.com.br, uma “empresa confiável com profissionais diplomados”, que recomenda aos clientes em potencial: “confie seu trabalho acadêmico apenas a empresas que emitem nota fiscal.” Também promete “sigilo, segurança, seriedade e lisura”. Não existem estatísticas atualizadas sobre a utilização desse tipo de empresas por parte de estudantes, mas a sua proliferação pela internet sugere que há uma considerável clientela para as mesmas.

O que muita gente talvez não saiba é que essas práticas configuram em contravenções, previstas no Código Penal brasileiro. Quem vende monografias e trabalhos escolares comete crime de falsidade ideológica. Quem compra, comete ainda falsidade material. No caso do plágio,

é a Lei do Direito Autoral que está sendo atingida.

A orientação da Capes

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino “adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades”.

A OAB sugere o uso de softwares que fazem a leitura eletrônica do texto (quadro abaixo indica endereços de ferramentas disponíveis na internet). Estes realizam rastreamento comparativo em vários sites de busca na web e em base de dados, verificando se o autor copiou frase ou parágrafo, por exemplo, identificando a base de dados e o texto copiado. A entidade também recomendou que a Capes orientasse às instituições acadêmicas a adotar procedimentos próprios para verificar se houve ou não plágio, avaliando o grau de gravidade caso a caso. A Capes, em concordância com as orientações da OAB, reforça a necessidade de combater o plágio “onde quer que este se manifeste”.


Tutoriais para orientar pesquisa

Em sua página na internet, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IF-RS) disponibiliza para seus alunos uma série de tutoriais com orientações sobre procedimentos de pesquisa e sobre práticas a evitar, como as diferentes modalidades de plágio. Os tutoriais do IF-RS evidenciam que as regras que orientam a produção de trabalhos acadêmicos (que não são poucas) são desconhecidas por um grande número de alunos que ingressam em cursos superiores.

A expansão do sistema de ensino superior, com a abertura de escolas nem sempre com o nível de qualidade adequado, só agrava esse quadro. Nos últimos 10 anos, o número de instituições privadas de ensino superior mais que dobrou no País. Em 2010, quando foi feito o último levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), elas somavam 2,1 mil, enquanto a rede pública contava com 278. Em 2012, já passavam de 4 mil, e o número segue aumen-

tando. Esse volume significa que, em tese, alguns novos milhares de trabalhos acadêmicos seguem sendo feitos no Brasil em condições muitas vezes desconhecidas.

Cartilha sobre plágio

O blog da Biblioteca Central da Ufrgs (<http://bcufrgs.blogspot.com.br>) disponibiliza outra interessante fonte de informação sobre o assunto: uma cartilha sobre plágio acadêmico produzida pelo Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Ali foram incluídas informações sobre tipos de plágio, licença creative commons e o que diz a legislação sobre o assunto. Já a página da Ufrgs na internet disponibiliza alguns endereços de ferramentas que podem ser úteis para a detecção de plágios de textos em trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrados e teses de doutorado, entre eles, Turnitin (<http://www.turnitin.com/static/plagiarism.html>), Plagiarism (<http://www.plagiarism.org>), e Glatt Self-Detection Test (<http://www.plagiarism.com/self.detect.htm>). 

Softwares para detectar plágio de textos:

- Ephorus - www.ephorus.pt/
- Safe Assign - www.mydropbox.com/
- JPlag - www.jplag.de/
- Essay Verification Engine - www.canexus.com/eve
- WCopyfind - www.plagiarism.phys.virginia.edu/Wsoftware.html
- DOC Cop - www.doccop.com
- Etblast - <http://invention.swmed.edu/etblast>
- Ferret - <http://homepages.feis.herts.ac.uk/~pdgroup/>
- Farejador de plágio - www.farejadordeplagio.com.br

Progressão por titulação dos docentes do EBTT

por **Alexsander Henze** e **Grace Esteves Bortoluzzi**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu favoravelmente a um professor do Instituto Federal Sulriograndense, para reconhecer sua progressão funcional à classe DII, nível 1, por meio da titulação, independentemente do interstício previsto na nova Lei 11.784/08 (18 meses).

No voto condutor do Ministro Hermann Benjamin (REsp 1.335.953-RS) ficou consignado que o docente tinha direito à progressão tendo como base somente a titulação uma vez que as regras de progressão seriam regidas pelas disposições do artigo 13, II, § 2º, da Lei 11.344/2006.

Assim, o entendimento do STJ se deu no sentido de que a progressão dos docentes da carreira do magistério básico, técnico e tecnológico federal, até a publicação do Decreto n. 7.806/2012, é regida pelas disposições da Lei n. 11.344/2006, com duas possibilidades: por interstício, com avaliação de desempenho; e por titulação, sem observância do interstício.

A Adufrgs-Sindical já possui ação judicial pleiteando este mesmo direito aos seus sócios lotados no Colégio de Aplicação, em tramitação junto à Justiça Federal de Porto Alegre. Na ação movida pela entidade recentemente

Entrega de documentos para execução de ações coletivas:

Licença-prêmio não usufruída na atividade e não utilizada para aposentadoria – execução da ação coletiva

Os professores que se aposentaram a partir de 30.08.2001 ou que vierem a se aposentar até 18.10.2016, sem ter gozado as licenças-prêmio, tampouco as utilizado para a aposentadoria ou para percepção de abono de permanência, podem requerer judicialmente seu pagamento em dinheiro.

Tal direito foi reconhecido aos sócios da Adufrgs-Sindical (ou que venham a se associar) em ação coletiva movida contra a Ufrgs.

Os professores que ainda não providenciaram a entrega da documentação para ajuizamento da ação de cobrança ainda podem entregar os documentos que se encontram disponíveis no site da Adufrgs e do escritório Bordas Advogados Associados (www.bordas.adv.br - central de downloads).

A entrega pode ser feita em horário comercial nas sedes da Adufrgs (Cidade Baixa e Campus do Vale) ou diretamente na assessoria jurídica (Bordas Advogados Associados - Praça da Alfândega, 12, 10º andar – telefone para contato 3228-9997).

O professor que não for sócio, bem como aqueles vinculados à Ufcsa e que se aposentaram pelo IFRS podem contratar os serviços do escritório que assessora a Adufrgs-Sindical para o ajuizamento de ação individual, através do site www.bordas.adv.br ou do e-mail bordas@bordas.adv.br

te houve sentença onde foi reconhecido o direito dos professores do EBTT (sócios e que vierem a se associar à Adufrgs) à progressão de carreira por titulação sem o cumprimento do interstício de 18 meses.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) foi condenada, ainda, a pagar as diferenças salariais aos substituídos desde o momento em que a progressão era devida.

De acordo com o juiz, a nova lei 11.748/08, que reestruturou a antiga carreira do magistério de 1º e 2º graus, embora exija um interstício mínimo de dezoito meses para que o servidor possa progredir por titulação, prevê que, enquanto não editado o regulamento da lei, se aplicariam as regras dos artigos 13 e 14 da Lei nº 11.344/06, que regia a carreira até então. Por fim, traduz o magistrado que o decreto que condicionava a eficácia da nova lei veio a ser editado somente em setembro de 2012.

Assim, o juiz concluiu que os professores do EBTT, sócios ou que venham a se associar à Adufrgs, que tenham obtido titulação em data anterior à entrada em vigor do Decreto 7.806/12, têm direito à progressão de carreira nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei 11.344, sem a exigência de interstício temporal (18 meses). Tal decisão ainda não se tornou definitiva, podendo a Universidade recorrer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.



Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

Revisão de abono de permanência e progressão funcional

Em decorrência dos pedidos administrativos de concessão e revisão de abono de permanência e aposentadoria, progressão funcional, incorporação de vantagens, entre outros, a Administração vem reconhecendo valores atrasados de diferenças salariais.

No entanto, os pagamentos destes valores vem sendo efetuados com anos de atraso, não havendo previsão de data para pagamento.

Soma-se a isto, ainda, o fato de tais valores não sofrerem qualquer tipo de correção monetária.

Assim, é possível o ajuizamento de ação buscando tanto o pagamento de correção monetária como do valor nominal reconhecido pela Ufrgs/Ufcspa ou IFRS.

Os servidores interessados no ajuizamento de ação para cobrança de tais valores devem providenciar a entrega dos documentos necessários na Adufrgs, cujo kit se encontra disponível no site da entidade (www.adufrgs.org.br) e do escritório Bordas Advogados Associados (www.bordas.adv.br - central de downloads), podendo ser solicitado através do e-mail bordas@bordas.adv.br

Fórum pela paz na Colômbia

por **Félix Gonzalez**, professor da Ufrgs e coordenador do Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano
e **Nelson Fajardo**, Professor da Universidade Distrital de Bogotá, convidado pela Adufrgs-Sindical ao Fórum pela Paz na Colômbia

Acaba de finalizar o Fórum Internacional pela Paz na Colômbia, em Porto Alegre, evento em que foram abordados três eixos temáticos, sumamente importantes, para alcançar uma solução política dialogada, que supere e transcenda a realidade política colombiana: a soberania, a democracia e a justiça social. De 24 a 26 de maio, os quase 1 mil participantes do evento concentraram a sua atenção e participação em articular esses três eixos temáticos com o conflito social e armado, existente na Colômbia há meio século.

Aquele país sofre as consequências de um conflito armado desde a década de 1950, em que os protagonistas (forças armadas oficiais, paramilitares e insurgentes) têm deixado um rastro de destruição e morte, onde a população camponesa, os movimentos sociais e as organizações políticas de oposição põem os mortos e o sofrimento. Colômbia é hoje o país que tem maior número de deslocados internos do mundo – cerca de 5 milhões de pessoas –, o maior número de jornalistas e sindicalistas assassinados, sem contar os inúmeros professores e estudantes massacrados muitas vezes dentro da própria universidade, os mais de 60 mil desaparecidos, os quase 10 mil presos políticos, os mais de 5 mil militantes de partidos de esquerda eliminados e os milhares de “falsos positivos”, em geral jovens desempregados que aparecem como guerrilheiros mortos supostamente em combate.

Essa política de guerra e destruição impede que os sucessivos governos invistam em educação, ciência, tecnologia, infraestrutura, saúde pública, enfim, limita os investimentos sociais a níveis inacreditáveis para um país que tem a 2ª maior população do continente sul-americano.

As causas do conflito social e armado na Colômbia não há que buscá-las na existência dos movimentos insurgentes, mas na excessiva concentração de riqueza e poder político em mãos de oligarquias criollas, apoiadas pelos Estados Unidos e às crescentes necessidades em termos de saúde, educação, moradia, e do direito à vida, à terra, à segurança.

Há que entender que o conflito colombiano é um

tema que interessa à toda América Latina e que sua resolução envolve a necessidade de uma verdadeira comunidade de países integrados na Pátria Grande, proposta por Simón Bolívar. Colômbia é o centro de gravidade de muitos problemas que afetam também o conjunto da sociedade latino-americana.

O atual é um momento histórico porque está aberta a possibilidade de diálogo entre as forças insurgentes e o Governo, para tentar chegar a um tratado de paz que mude o rumo da realidade colombiana. Os colombianos estão cansados de derramar sangue nesta guerra, que parece não ter fim. Os povos dos países vizinhos não podem ficar mais assistindo, indiferentes a este genocídio, até porque a paz da Colômbia garante a paz no continente.

A Colômbia tem um povo aguerrido, trabalhador, que conta com grande capacidade de reorganização, que lhe permitiu estar agora em um momento de expansão de suas lutas sociais, através de organizações sociopolíticas como o movimento Marcha Patriótica, que reúne mais de 2,2 mil organizações sociais e políticas e que se converteu em um ator político de peso na realidade nacional.

A paz com democracia, soberania e justiça social na Colômbia é uma necessidade imperiosa e inadiável de todos os colombianos e de todos os países da América Latina e o Caribe, que buscam a sua integração soberana e democrática. Do estabelecimento da paz depende que na Colômbia possam ser usadas as capacidades e potencialidades humanas e os recursos naturais, econômicos, tecnológicos e institucionais de que dispõe, para resolver os graves problemas sociais que a afetam: a desigualdade social, a pobreza, a miséria, o desemprego, o analfabetismo, a insegurança, a falta de moradias dignas.

As forças enfrentadas com as armas devem parar a guerra, para que o povo – que todas dizem defender –, possa ter um respiro e meio à tragédia, para que o governo possa dispor de orçamento para investimento social, não para incrementar a violência, a morte e o sofrimento da população.

Em junho de 2013 a
Adufrgs-Sindical
completa 35 anos

Nestas mais de três décadas, a entidade cresceu, ampliou sua base de associados, ficou independente, ganhou visibilidade na política docente nacional e entrou na era da comunicação virtual.

Parabéns a todos que fizeram parte desta história!



ADufrgs
sindical

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA

UFRGS | UFOPPA | IFRS-Campus Porto Alegre
e IFRS-Campus Restinga



ABFrgs
sindical